continuação

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES
abrasca companhia associada

HOTÉIS OTHON S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

CNPJ Nº 33.200.049/0001-47
COMPANHIA ABERTA

receber corresponde materialmente a valores a receber de clientes pela prestação de serviços de hospedagem no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento fosse superior a um ano as contas a receber seriam classificadas no ativo não circulante. No entanto as contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo. O Contas a receber de clientes, inicialmente, é reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando aplicável. **g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A companhia adota como adequado constituir provisão para títulos com atraso superior a 180 dias e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização de créditos. **h) Ajuste a valor presente:** A Companhia avaliou os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes sujeitos à avaliação a valor presente e não identificou efeitos materiais a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários. **i) Estoques:** Valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado. **j) Investimentos:** Nas Demonstrações Financeiras da controladora, as participações em sociedades controladas e coligadas foram ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **k) Imobilizado:** Demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação de bens é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação dos bens, às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado. Os valores de alienação com o valor contábil são incluídos no resultado do exercício nas rubricas "Outras despesas e/ou receitas operacionais", no momento da alienação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **l) Demais ativos (circulante e não circulante):** São apresentados pelo valor líquido de realização. **m) Empréstimos, financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo qualificável em construção), ou na demonstração do resultado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços. **n) Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços. Com o deferimento do processamento da recuperação judicial, todas as obrigações assumidas e não pagas antes da data do pedido englobam o passivo concursal, cujo pagamento será feito na forma e condições constantes do Plano que vier a ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. Desta forma, o passivo circulante e não circulante estão sendo apresentados conforme seus vencimentos na data do pedido de recuperação. **o) Contribuição social e imposto de renda diferidos:** As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, registradas no passivo não circulante, foram constituídas tendo como base o valor correspondente ao saldo da reserva de reavaliação e ao custo atribuído ("deemedcost"), considerando o CPC 32. **p) Passivos contingentes:** Constituída com base na expectativa de perda estimada pela Administração, respaldada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais (prováveis) com ações em curso em consonância ao CPC 25. **q) Ajuste a valor presente:** Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajustar a valor presente os ativos e passivos de curto e longo prazos, em atendimento ao previsto no CPC 12. **r) Informação por segmento:** A Companhia e suas controladas não elaboraram suas demonstrações por segmento conforme orientação do CPC 22, devido sua operação não possuir segmentos distintos, significativos, mas ser representada, substancialmente pela atividade hoteleira. **s) Operações descontinuadas:** Nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidada do período corrente e do período anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica lucros após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado. **t) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia incluiu na divulgação das suas Demonstrações Financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	1.686	2.810	1.697	2.827
Aplicações Financeiras	9	10	9	10
	1.695	**2.820**	**1.706**	**2.837**

As Aplicações Financeiras existentes referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

5. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	6.978	9.116	7.949	10.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.790)	(1.228)	(1.790)	(1.228)
	5.188	**7.888**	**6.159**	**8.877**

O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas Demonstrações Financeiras. A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	1.881	6.531	1.881	6.655
Vencidas até 30 dias	788	1.004	788	1.034
Vencidas de 31 a 120 dias	542	167	550	271
Vencidas de 121 a 180 dias	833	52	935	157
Vencidas há mais de 180 dias	2.934	1.362	3.795	1.988
	6.978	**9.116**	**7.949**	**10.105**

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas tendo como política a análise individual das posições pendentes de recebimento, levando em consideração a situação de risco e crédito de cada cliente, sendo registrada provisão para os casos em que a probabilidade de não recebimento é considerada provável pela Administração. **6. Estoques:** Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano têm características perecíveis e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda (alimentos e bebidas)	629	760	629	760
Materiais de uso, consumo e manutenção	1.401	1.302	1.401	1.302
	2.030	**2.062**	**2.030**	**2.062**

Os estoques da Companhia de maior movimentação ao longo do ano têm características perecíveis e são de alta rotatividade. Logo em nosso modelo de negócio não temos provisão para estoques obsoletos.

7. Partes Relacionadas: CONTROLADORA

		Ativo		Passivo		Resultado	
Partes Relacionadas	**Categorias**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Othon L. Bezerra de Mello Com e Imp (1)	controladora	63.380	59.120	–	–	4.227	3.025
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	26.623	24.710	735	686	1.775	1.263
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	32.143	29.994	–	–	2.141	1.533
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	13.070	15.077	–	–	966	771
Othon Administração S.A (1)	controladora	–	–	2.329	2.158	–	–
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	–	–	1.916	1.736	–	–
HBBH – Novos Hotéis Ltda (2)	controlada	–	–	14.392	13.272	(1.349)	(686)
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A (2)	controlada	66.641	61.369	–	–	4.511	3.135
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	36.190	33.520	–	–	2.457	1.743
Plantravel (2)	controlada	484	–	–	310	8	(42)
Outros	outras	850	738	–	–	(329)	(262)
		239.381	224.528	19.372	18.162	14.407	10.480
Provisão para perdas		(108.592)	(104.190)			(4.401)	(5.412)
		130.789	120.338	19.372	18.162	10.006	5.068

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas; (2) Demonstrações Financeiras auditadas

CONSOLIDADO

		Ativo		Passivo		Resultado	
Partes Relacionadas	**Categorias**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Othon L. Bezerra de Mello Com e Importação (1)	controladora	63.380	59.120	–	–	4.227	3.025
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	coligada	26.912	24.980	774	722	1.794	1.277
Companhia Açucareira Usina Carapebus (1)	outras	32.143	29.994	–	–	2.141	1.533
Companhia Central Usina Barcelos (1)	outras	14.153	16.088	14.685	13.707	60	123
Othon Administração S.A (1)	controladora	8.567	8.001	2.329	2.158	572	409
Companhia Açucareira Usina Cupim (1)	outras	2.457	1.959	4.015	3.696	(110)	(79)
Companhia Agropastoril Vale do Rio Una (1)	coligada	77.559	72.134	47	43	5.208	3.716
Outros	outras	901	984	–	–	(329)	(260)
		226.072	213.260	21.850	20.326	13.563	9.744
Provisão para perdas		(151.002)	(143.775)	–	–	(7.226)	(7.358)
		75.070	69.485	21.850	20.326	6.337	2.386

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas

Termos e condições das transações com partes relacionadas: As principais transações mantidas entre a Companhia e as empresas ligadas são empréstimos (mútuos) que até setembro de 2018 incidiam juros de 2% a.a. e variação do IPCA para atualização dos mesmos, e a partir de outubro de 2018 suas taxas foram revisadas pela Administração e os novos contratos passaram incidir juros de 5% a.a. e variação do IPCA e com um prazo menor de vencimento, observados as condições comutativas de mercado. Já a partir de 2020, a diretoria da Companhia, por conta do atual cenário da economia, 5% + IPCA ser muito acima do mercado, os novos contratos passaram a incidir juros com base na CDI – (menos) 20%. As perdas julgadas prováveis pela Administração da Companhia, referentes aos ativos de difícil realização, foram provisionadas. Com o fechamento da unidade Aeroporto, em agosto de 2018, a companhia não efetua mais pagamentos por força de arrendamento de propriedade de partes relacionadas. **Transações com o pessoal chave da Administração:** Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010, o pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores que se encontram em Hotéis Othon S/A – Em Recuperação Judicial. Sua remuneração está demonstrada a seguir:

Remuneração dos administradores	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Remuneração dos conselheiros e estatutários	122	128
Encargos sociais de diretores e conselheiros	1	1
Benefícios de curto prazo a participação de resultados	2	2
	125	131

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo e tão pouco remuneração baseada em ações. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8. Investimentos: CONTROLADORA

	Participação em 31/12/20	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto	
	%	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Othon Empreendimentos Hoteleiros S.A.(2)	77,72	(96.347)	(84.173)	(15.586)	(5.874)	(12.113)	(4.565)	–	–	74.881	65.420
Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A (1)	20,27	(7.307)	(6.532)	(774)	(803)	–	–	–	–	–	–
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	6,36	(295)	21	(274)	(506)	(18)	(32)	–	–	19	–
HBBH Novos Hotéis Ltda. (2)	99,68	113.038	114.885	(1.847)	(2.490)	(1.841)	(2.482)	112.675	114.517	–	–
Plantravel – Planej., Viagens e Turismo (2)	98,00	(149)	1.256	(1.405)	(423)	(1.377)	(415)	(146)	1.231	–	–
						(15.349)	(7.494)	112.529	115.748	74.900	65.420
Provisão para perdas em investimentos						(15.349)	(7.494)	112.529	115.748	74.900	65.420

Demonstrações Financeiras não auditadas
Demonstrações Financeiras auditadas

CONSOLIDADO

	Participação em 31/12/20	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo contábil dos investimentos		Saldo da provisão para perda sobre passivo a descoberto	
	%	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Cia.Agropastoril Vale do Rio Una (1)	14,54	(295)	21	(274)	(506)	(24)	(101)	–	10	–	–
Outros						–	–	8.337	260	–	–
						(24)	(101)	8.337	270	–	–
Provisão para perdas em investimentos						(24)	(101)	8.337	270	–	–

(1) Demonstrações Financeiras não auditadas; (2) Demonstrações Financeiras auditadas

a) Cia. Agropastoril Vale do Rio Una: A CAPVRU é uma Cia que tem como objeto social é a exploração agrícola e pastoril através da cria e recria de rebanhos bovinos, podendo estender as suas atividades a outros setores afins e correlatos aos seus objetivos e ainda, participar, na qualidade de acionista ou associada na exploração de quaisquer estabelecimentos industriais ou comerciais. A situação cadastral desta empresa encontra-se como "ativo", porém sem operação que gere receitas (inoperante). O Grupo Othon possui 20,90% de participação subdivididos na seguinte forma: 6,36% diretos e 14,54% indiretos. Esse investimento é contabilizado pelo método de Equivalência Patrimonial
b) Outros Investimentos: São pequenas aplicações em bolsa realizadas por Othon Empreendimentos, onde os mesmos são avaliados ao custo de aquisição. **9. Imobilizado:**

	CONTROLADORA				
	31/12/2020				31/12/2019
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos, edificações e construções (*)		321.828	(100.499)	221.329	227.425
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.446	(11.109)	2.337	3.053
Móveis e utensílios	7,14	28.692	(23.925)	4.767	5.490
Máquinas e equipamentos	6,67	24.566	(20.557)	4.009	4.562
Veículos	6,67	292	(272)	20	75
Computadores, periféricos e softwares	10	3.989	(3.726)	263	414
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	1.942	–	1.942	1.614
Total		394.755	(160.088)	234.667	242.633

	CONSOLIDADO				
	31/12/2020				31/12/2019
Itens	Taxa Média de Depreciação	Custo Atualizado e Atribuido	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos, edificações e construções (*)		469.298	(138.174)	331.124	357.139
Instalações	2,83 a 4,00 (*)	13.446	(11.109)	2.337	3.053
Móveis e utensílios	7,14	28.734	(23.967)	4.767	5.490
Máquinas e equipamentos	6,67	24.566	(20.557)	4.009	4.562
Veículos	6,67	395	(375)	20	75
Computadores, periféricos e softwares	10	4.020	(3.757)	263	417
Imobilizações em curso e outras (*)	9,09	1.942	–	1.942	1.614
Total		542.401	(197.939)	344.462	372.350

(*) saldos de terrenos e imobilizações em curso da Controladora, no montante de R$ 92.239 e do Consolidado de R$ 151.839 não são depreciados.
No imobilizado da companhia existem bens dados em garantia de ações judiciais cuja probabilidade de perda é determinada em avaliação individual do risco de cada processo pelos Escritórios advocatícios externos que os patrocinam. Cabe ressaltar, que em face do deferimento da recuperação judicial, todas as ações e execuções, a exceção das de natureza fiscal, em face da Companhia e suas controladas em recuperação judicial ficam suspensas. **10. Empréstimos e financiamentos**

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Encargos financeiros**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Em moeda nacional					
Capital de giro	7,44% a.a	264	501	264	501
Capital de giro	7,44% a.a	374	709	374	709
Conta garantida	Juros de 18,58% a.a.	579	833	579	833
		1.217	2.043	1.217	2.043
Passivo circulante		1.217	2.043	1.217	2.043
Passivo não circulante		–	–	–	–
		1.217	2.043	1.217	2.043

A Companhia possui contas garantidas, junto a Instituições Financeiras, onde são dados os direitos creditórios de sua titularidade. **11. Obrigações Tributárias Parceladas – Não Circulante:** Os vencimentos dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados como segue:

Impostos	**2022**	**2023**	**2024**	**Após 2024**	**Não Circulante**
ICMS	86	86	14	–	186
ISS	48	–	–	–	48
IPTU	418	78	–	–	496
PARC. FEDERAL - IRRF	–	86	–	–	86
PARC. EXTRAORDINARIO PGFN	216	216	216	629	1.277
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	13	8	7	–	28
AFORAMENTO/LAUDÊMIO	16	16	16	45	93
OUTROS	–	–	–	–	–
	797	490	253	674	2.214

Programas de Parcelamentos Incentivados - PPI: Em dezembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em relação aos tributos IPTU e ISS, pelo prazo de 120 meses. No exercício de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente o IPTU restando, atualmente, apenas 14 parcelas a pagar do ISS (59 parcelas em 2014). Nos meses de fevereiro, março e junho de 2013, a Companhia aderiu ao PPI Carioca, instituído através da Lei nº 5.546 de 27 de dezembro de 2012, formalizando o parcelamento de IPTU de todas as unidades, bem como o reparcelamento do ISS em até 84 parcelas. Estes dois parcelamentos foram perdidos no ano de 2019, e o reflexo da perda dos mesmos já se encontra na DRE e Balanço do ano. **12. Parcelamentos de Obrigações Tributárias e Previdenciárias pelo Programa Refis**

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
REFIS – Lei 11.941/2009	5.984	5.907	19.794	21.126
REFIS – Lei 12.865/2013	–	–	–	–
REFIS – Lei 12.996/2014	37	37	501	495
	6.021	5.944	20.295	21.621

Com a edição da Lei Federal nº 11.941 de 27/05/2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na ocasião, foram incluídos novos débitos e migrado para o novo REFIS (da Lei Federal 11.941/2009) o saldo remanescente do antigo PAES. A Lei 12.865/2013 reabriu o prazo de adesão ao programa originalmente instituído pela Lei 11.941/2009, permitindo a migração de saldos remanescentes de parcelamentos anteriores para o programa, bem como, a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 30 de novembro de 2008. Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia formalizou o requerimento de adesão e procedeu a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e em setembro de 2017 e dezembro de 2018 procedeu com a consolidação parcial dos débitos existentes, de modo que hoje não existem mais débitos parcelados na modalidade desta lei e aqueles débitos que não fizeram parte desta consolidação, retornaram ao passivo corrente da Companhia. Em 18 de junho de 2014, com a publicação da Lei federal 12.996/2014, foi reaberto o prazo de adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB que permitiu a inclusão de débitos fiscais não parcelados anteriormente com vencimento até 31 de dezembro de 2013. Em 21 de agosto de 2013, foi formalizado pela Companhia o requerimento de adesão e a indicação dos débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que pretende incluir no parcelamento de acordo com o calendário divulgado pela Receita Federal. A movimentação dos tributos parcelados – REFIS IV, no ano de 2019 e 2020 foi como segue:

	Lei 11.941/2009	Lei 12.996/2014	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	32.972	518	33.490
Inclusão de novos débitos não parcelados anteriormente	–	–	–
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação	–	–	–
Pagamentos (1)	(6.768)	–	(6.768)
Juros	829	14	843
Saldo em 31 dezembro de 2019	**27.033**	**532**	**27.565**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	27.033	532	27.565
Pagamentos (1)	(1.604)	–	(1.604)
Exclusão de débitos não parcelados na consolidação	–	–	–
Juros	349	6	355
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**25.778**	**538**	**26.316**
Passivo circulante	5.984	37	6.021
Passivo não circulante	19.794	501	20.295
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**25.778**	**538**	**26.316**

Por conta da atual pandemia da COVID-19 e redução considerável na receita da companhia, por consequência a Companhia não está conseguindo efetuar o pagamento do parcelamento cujas parcelas somam cerca de R$ 500mil mensais, ficando então em risco de ser excluída do mesmo. Então, por conta desta situação, em 05/06/2020 a companhia entrou com mandado de segurança solicitando não ser excluída do parcelamento por conta do atraso de mais de 3 parcelas e também solicitou que o mesmo só voltasse a ter vencimentos após o fim do estado de calamidade pública. Atualmente

continua →

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 15 de Abril de 2021 às 00:33:54 -0300.